



066204

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
COM INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 013/2014
Processo Administrativo: 1047/14

Contratante: **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02, representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. **Tarciso Gonçalves Pessoa**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Afonso Franco, nº 79, Centro, Paracambi/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 05186468-2 SSP/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.202.257-68.

Contratado: **FIRMA PONTO PRODUÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS E ESPORTIVAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.520.016/0001-90, situada na Rua Correa Dutra, nº 12, Ap 103 - Catete/RJ, CEP 22.210-030, neste ato representado pelo seu representante legal **Sra. CINTIA BARROS DE SOUZA ARAUJO**, brasileira, portadora do RG nº 09802614-9, inscrito no CPF sob nº 072.106.977-05, residente e domiciliada à Rua Correa Dutra, nº 142, Ap 103 - Catete/RJ, CEP 22.210-030.

Nos termos da proposta da **FIRMA PONTO PRODUÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS E ESPORTIVAS LTDA**, estabelecemos Contrato de Prestação de Serviços para assim atender à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, na forma do art. 25, III da Lei 8666/93, cujos detalhes se encontram no processo administrativo nº 1047/2014 e mediante as Cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira
Do Objeto

Por este instrumento e na melhor forma de direito a CONTRATADA, se obriga, na qualidade de representante exclusivo, à realização do show artístico do **GRUPO REFERÊNCIA**, no dia 01 de março de 2014, no Município de Paracambi, para atender a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo no Carnaval 2014.

Cláusula Segunda
Do Preço e Condições de Pagamento

O valor total dos serviços contratados será de R\$ 12.000,00 (Doze Mil Reais), a ser pago em parcela única no dia 25 de fevereiro de 2014.

O preço proposto em face da Legislação Federal em vigor é fixo e irrevogável.

Cláusula Terceira
Dos Prazos

O serviço pactuado deverá prestar-se no dia 01 de março de 2014, tendo sua vigência vinculada ao dia do evento.

Cláusula Quarta
Dos Recursos Financeiros

As despesas com a execução dos serviços correrão a conta da dotação funcional programática 1352-02.01.13.392.0049.2121.33903923000000 - Festividades e Homenagens- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - Valor total: R\$12.000,00 (Doze Mil Reais), conforme empenho nº 275/2014.



Cláusula Quinta- Da Fiscalização

A fiscalização da execução dos serviços artísticos competirá a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, ao qual a CONTRATADA reconhece autoridade para dirimir quaisquer casos particulares de dúvidas ou omissões deste Contrato, assim para impor penalidades previstas, como de sua competência, em Lei ou neste instrumento.

Parágrafo Único: A existência, presença e atuação da fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade legal e contratual da CONTRATADA, nem a dispensa de manter controle próprio da execução do Contrato.

Cláusula Sexta Das Obrigações da Contratada

São obrigações da CONTRATADA, além de outras que lhe decorrem da Lei, do Contrato, da natureza dos serviços, da sua proposta e de outras disposições deste instrumento:

- I - Conduzir e executar os serviços de acordo com as normas técnicas pertinentes e com rigorosa observância dos termos do presente contrato, das especificações respectivas e da proposta oferecida;
- II - Prover a execução dos serviços com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, previamente aprovado pelo CONTRATANTE, submetendo à aprovação deste quaisquer alterações de equipe destacada para aquela execução;
- III - Manter, na vigência deste Contrato e enquanto for exigível qualquer obrigação dele decorrente ou a ele relativa;
- IV - Substituir qualquer membro da equipe de trabalho, sempre que solicitada a substituição pelo CONTRATANTE, em 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento da solicitação;
- V - Corrigir e rever, sem qualquer ônus para CONTRATANTE e sem alteração do prazo e demais condições do presente Contrato, as falhas ou defeitos verificados na execução ou conclusão dos serviços;
- VI - Em caso de impossibilidade de comparecimento de um dos artistas contratados deverá substituí-los por outro de reconhecida popularidade desde que, com antecedência de cinco dias, por motivo justificado, que haja concordância da Contratante e que não resulte em nova despesa.

Todas as despesas com alimentação de pessoal, Ônibus Leito Luxo e Aéreas, Carro Executivo e 02 Vans, Hospedagem e Segurança.

Cláusula Sétima Das Obrigações da Contratante

- I - Efetuar, observadas as condições estipuladas neste contrato, os pagamentos devidos à CONTRATADA;
- II - Fornecer à CONTRATADA os documentos e informações necessárias a execução dos serviços, dando-lhe acesso ao local dessa execução;
- III - Fiscalizar a execução dos serviços artísticos e o cumprimento deste contrato.

Cláusula Oitava Da Responsabilidade



Por força do presente contrato e da legislação de regência da matéria, a CONTRATADA se reconhece responsável pelo fiel cumprimento das obrigações aqui assumidas, respondendo pelos prejuízos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, diretamente ou por seus prepostos e empregados, bem como de qualquer agente que, por sua conta, intervir ou for utilizado naquela execução, sujeitando-se à cobrança regressiva de todo e qualquer ônus porventura imposto a CONTRATANTE, em razão de danos a terceiros.

Parágrafo único: Responde, ainda exclusiva e diretamente, a CONTRATADA por todas as obrigações trabalhistas, sociais, fiscais secundárias e previdenciárias relacionadas ao presente contrato ou vinculadas à sua execução, bem como por todos os custos e encargos relativos ao material e à mão de obra, necessários à mesma execução, inclusive quanto ao uso de marcas, patentes, processos e licenças, porventura envolvidos nessa execução, obrigando-se a manter o CONTRATANTE a salvo de quaisquer exigências, reclamações ou demandas atinentes a tais obrigações, a cuja cobrança regressiva, igualmente, estará sujeita a CONTRATADA, caso impostas ao CONTRATANTE.

Cláusula nona **Das Penalidades**

Sem prejuízo da faculdade do CONTRATANTE de rescindir unilateralmente o contrato e de haver as perdas e danos daí decorrentes, o inadimplemento, pela CONTRATADA, das obrigações aqui contraídas sujeitar-se-á às sanções previstas nos artigos 86 na forma abaixo e 87 da Lei Federal nº 8.666/93:

- Advertência;
- multa administrativa graduáveis conforme a gravidade da infração, não excedendo em seu total o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor a ser pago;
- suspensão temporária de participação em licitação por prazo não superior a 02(dois) anos.

Parágrafo Primeiro: A Inércia do CONTRATANTE diante de qualquer infração à Lei ou às disposições deste Contrato não configurará ato de tolerância nem poderá interpretar-se como novação do presente negócio, ou renúncia do mesmo CONTRATANTE a qualquer dos seus direitos.

Parágrafo Segundo: Ressalvada a faculdade prevista no art. 78, XV da Lei 8.666/93, a CONTRATADA não poderá, em hipótese alguma, levantar exceção de inadimplemento, para interrupção unilateral dos serviços.

Cláusula Décima **Da Rescisão**

A rescisão contratual poderá ser:

I - Determinado por ato unilateral e escrito da Administração, no que couber nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo de inexigibilidade, desde que haja conveniência da Administração e/ou judicial nos termos da legislação - art. 79, incisos II e III da Lei Federal nº 8.666/93;

III - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;



iv - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei federal nº 8.666/93.

Cláusula Décima Primeira
Dos Direitos do Contratante

São prerrogativas da CONTRATANTE as previstas no art. 58 da Lei nº 8.666/93, que as exercerá nos termos das normas referidas neste Contrato.

Cláusula Décima Segunda
Da Cessão ou da Transferência

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

Cláusula Décima Terceira
Da Publicação do Contrato

Após a assinatura deste contrato, a CONTRATANTE providenciará a publicação deste termo através de extrato resumido, em jornal de circulação no Município.


Cláusula Décima Quarta
Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato, renunciando as partes contratantes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais especial ou privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Paracambi, 24 de fevereiro de 2014.


Tarciso Gonçalves Pessoa
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
Contratante


CINTIA BARROS DE SOUZA ARAUJO
FIRMA PONTO PRODUÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS E ESPORTIVAS LTDA
Contratado

Testemunhas:



Rio de Janeiro da Cidade de Paracambi

considerando que o imóvel ofertado demonstra pleno ajustamento as situações para a formalização e utilização dos serviços a Secretaria, atingindo, portanto, a condição de interesse público em que a localização é fator condicionante para a escolha; considerando ainda, o fato de que o imóvel destina-se à finalidade essencial da administração;

Dispensar o procedimento licitatório para a Contratação da locação do imóvel sito a Rua Dr. Soares Filho- 115- Centro- Paracambi, de responsabilidade da Srª Cirlei Cerqueira da Silva, inscrito no CPF 828.572.107-87 e da Carteira de Identidade n. 06716699-1 IFP/RJ.

Dotação Orçamentária: 18.01.08.122.0006.2067

Natureza da Despesa: 33903600000000

Valor Mensal: R\$1.500,00

Prazo Vigência: 12 meses

A consideração do Prefeito Municipal.

Paracambi, RJ. 20 de fevereiro de 2014.

Leonardo Ferreira de Toledo
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ATO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7709/2013

Reconheço e **RATIFICO** a Dispensa de Licitação, considerando a decisão da Comissão Permanente de Licitação – CPL, fundamentado no artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, cujo objeto consiste na locação de imóvel para atender a Secretaria de Assistência Social.

Autorizo o empenho a favor de Cirlei Cerqueira da Silva; Dotação Orçamentária, Natureza da Despesa 18.01.08.122.0006.2067- 33903600000000, Código Reduzido 1036, pelo período 12 meses, no valor mensal de R\$1.500,00.

Paracambi, RJ. 20 de fevereiro de 2014.

Tarciso Gonçalves Pessoa
Prefeito

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/14
Referência: Processo Administrativo nº 1047/2014.
Requerente: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

À vista do parecer jurídico e nos termos do artigo 25, inciso III da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Dispensar o procedimento licitatório para a contratação da Empresa para serviços de produção de show artístico do GRUPO REFERÊNCIAS para atender no dia 01 de março de 2014 no Carnaval, para a **Secretaria Municipal de Cultura e Turismo da Prefeitura de Paracambi**.

Dotação Orçamentária: 02.01.13.392.0049.2121-33.90.39.00.00.00.00

Natureza da Despesa: 1352

Valor Total: R\$12.000,00

A consideração do Prefeito Municipal.
Paracambi, RJ. 20 de fevereiro de 2014.

Leonardo Ferreira de Toledo
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1047/2014

ATO DE RATIFICAÇÃO- Considerando estarem presentes os pressupostos autorizativos da legislação que rege a matéria, **RATIFICO** a decisão da Comissão Permanente de Licitação – CPL, constantes nos autos protocolizados sob o n. 1047/2014 e **AUTORIZO** a contratação por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, em favor da Empresa **FIRMAPONTO PRODUÇÕES CULTURAIS ARTÍSTICAS E ESPORTIVAS LTDA** inscrita no CNPJ 18.520.016/0001-90, destinada a, serviços de produção de show artístico do Grupo Referências para atender ao dia 01/03/2014 no Carnaval, no valor de R\$12.000,00 (Doze mil reais) conforme fundamentado no artigo 25, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93. E para a eficácia dos atos, **DETERMINO** que a presente ratificação e autorização sejam publicadas, conforme previsto no artigo 26, caput, da lei 8.666/93.

Paracambi, RJ. 20 de fevereiro de 2014.

Tarciso Gonçalves Pessoa
Prefeito

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2014
Referência: Processo Administrativo nº 287/2014
Requerente: Secretaria Municipal de Educação e Esportes

À vista do parecer jurídico e nos termos do artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Dispensar o procedimento licitatório para a contratação da **FEDERAÇÃO FLUMINENSE DE KARATÊ DO INTERESTILOS**, para atender nas inscrições dos Campeonatos de Karatê, para a **Secretaria Municipal de Educação e Esportes da Prefeitura de Paracambi**.

Dotação Orçamentária: 12.01.12.812.0060.2044

Natureza da Despesa: 33.90.39.00.00.00.00 – despesa 1367
Valor Total: R\$60.650,00

A consideração do Prefeito Municipal.

Paracambi, RJ. 14 de fevereiro de 2014.

Leonardo Ferreira de Toledo
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ATO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2014 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 287/2014

ATO DE RATIFICAÇÃO- Considerando estarem presentes os pressupostos autorizativos da legislação que rege a matéria, **RATIFICO** a decisão da Comissão Permanente de Licitação – CPL, constantes nos autos protocolizados sob o n. 287/2014 e **AUTORIZO** a contratação por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, em favor da **FEDERAÇÃO FLUMINENSE DE KARATÊ DO INTERESTILO** inscrita no CNPJ 03.853.149/0001-01, destinada a realização dos campeonatos de Karatê, no valor de R\$60.650,00 (Sessenta mil, seiscentos e cinquenta reais) conforme fundamentado no artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93. E para a eficácia dos atos, **DETERMINO** que a presente ratificação e autorização sejam publicadas, conforme previsto no artigo 26, caput, da lei 8.666/93.

Paracambi, RJ. 14 de fevereiro de 2014.